

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO
PARNAÍBA – CODEVASF**

Ref.: Contrarrazões ao Recurso interposto por XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA.

Pregão Eletrônico nº 90018/2024

Objeto: Fornecimento de Máquinas Pesadas – Itens 03, 06, 07 e 10

LIUGONG LATIN AMERICA MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA. (“Recorrida”), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.260.925/0003-50, com sede na Rodovia Governador Mario Covas, nº 256, Km 280, Portaria B, Sala 89, Bairro Padre Mathias, Cariacica/ES, CEP 29.157-100, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar suas CONTRARRAZÕES ao recurso interposto por XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA. (“Recorrente”), pelas razões fáticas e jurídicas que seguem.

I – DA TEMPESTIVIDADE

Nos termos do edital que regula o certame, em especial o subitem 5.3.6, assim como do artigo 165, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, as presentes contrarrazões são tempestivas, encontrando-se dentro do prazo legalmente estabelecido. Tal observância demonstra o compromisso da Recorrida com a regularidade processual e a integridade do procedimento licitatório.

II – DA INADMISSÍVEL TEMERIDADE DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

É forçoso registrar, à primeira vista, o caráter absolutamente infundado e desarrazoado do recurso interposto. A Recorrente insiste em construir uma narrativa artificial, desprovida de qualquer suporte técnico ou jurídico, na vã tentativa de desqualificar a Recorrida, legítima vencedora do certame. Trata-se de estratégia que ultrapassa o campo da litigância legítima e adentra os domínios da má-fé objetiva, na

medida em que visa apenas tumultuar o regular andamento do processo licitatório.

Tal conduta não apenas atenta contra os princípios basilares da Administração Pública, como também representa flagrante desrespeito ao princípio da eficiência, previsto no artigo 37 da Constituição Federal de 1988. A Recorrente insiste em apresentar teses frágeis e inconsistentes, na tentativa desesperada de barrar um resultado justo, obtido pela empresa que, de fato, melhor atende às exigências editalícias.

III – DA REFUTAÇÃO PONTO A PONTO DAS ALEGAÇÕES RECURSAIS

1. Suposta Ausência do Certificado EPA Tier III/MAR-I

A Recorrente alega que a Recorrida não apresentou, no momento inicial, o certificado EPA Tier III/MAR-I, exigido para comprovar a conformidade ambiental dos equipamentos ofertados. Tal argumento revela profundo desconhecimento das regras editalícias, pois o edital não estabelece, em momento algum, a obrigatoriedade de juntada prévia deste certificado na proposta inicial.

O Certificado EPA Tier III/MAR-I é plenamente atendido pelos equipamentos fornecidos pela Recorrida. Para afastar quaisquer dúvidas infundadas, a Recorrida apresenta neste momento a referida documentação. Ressalte-se que o artigo 67 da Lei nº 14.133/2021 permite expressamente que a Administração promova diligências para complementar ou esclarecer a instrução do processo licitatório, evidenciando que a juntada do documento ora apresentada é absolutamente válida e regular.

Ao insistir nessa alegação, a Recorrente demonstra clara tentativa de criar obstáculos artificiais ao processo licitatório, em manifesta afronta aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e boa-fé.

2. Suposta Falta de Certificação ROPS/FOPS

Quanto à certificação ROPS/FOPS, aplica-se a mesma lógica jurídica. A cabine dos equipamentos fornecidos pela Recorrida está em estrita conformidade com as normas ISO 3471 (ROPS) e ISO 3449 (FOPS). A exigência técnica foi atendida de forma plena e inequívoca, conforme comprovação documental que acompanha as presentes contrarrazões.

Ademais, o edital não exige a apresentação de tal certificação no momento inicial da proposta, mas apenas que os equipamentos estejam em conformidade com os padrões requeridos. Nesse contexto, a tentativa da Recorrente de utilizar o formalismo para desvirtuar o processo licitatório carece de qualquer suporte jurídico e fático.

3. Da Conduta Reiterada de Má-Fé da Recorrente

A postura da Recorrente é profundamente reprovável, configurando abuso de direito. Não é a primeira vez que a XCMG utiliza recursos administrativos para tentar atrasar ou invalidar certames em que a Recorrida emerge como legítima vencedora. Tal prática contraria frontalmente o princípio da boa-fé objetiva, previsto no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, e deve ser coibida pela Administração.

A insistência em alegações infundadas, como as ora apresentadas, evidencia a intenção deliberada de tumultuar o processo licitatório e prejudicar a Administração Pública. Essa conduta, além de ser juridicamente reprovável, acarreta prejuízos ao erário, ao atrasar a aquisição de bens necessários ao atendimento do interesse público.

4. Do Princípio da Vinculação ao Edital

A Recorrente, em tentativa desesperada de invalidar a vitória da Recorrida, invoca o princípio da vinculação ao edital de forma totalmente distorcida. Ora, a vinculação ao edital significa que todos os licitantes e a própria Administração Pública devem observar as regras previamente estabelecidas no instrumento convocatório. A Recorrida cumpriu rigorosamente todas as exigências editalícias, enquanto a Recorrente se utiliza de argumentos artificiais para desvirtuar o resultado legítimo do certame.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) é clara ao determinar que o formalismo não pode ser utilizado para desclassificar propostas que atendam ao interesse público e às normas legais e editalícias. Tal entendimento encontra respaldo no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, que prevê a observância dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

IV – DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer-se:

1. A rejeição integral do recurso interposto pela XCMG Brasil Indústria Ltda., por sua manifesta improcedência e ausência de fundamentação jurídica válida;
2. A manutenção da habilitação da LiuGong Latin America Máquinas para Construção Pesada Ltda., como legítima vencedora do certame;
3. A aplicação de sanções à Recorrente, com base no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, pela evidente má-fé e tentativa de tumultuar o processo licitatório.

Nestes Termos,
P. Deferimento.
9 de dezembro de 2024.

LIUGONG LATIN AMÉRICA MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA.

Cassio Gomes Pereira – OAB/SP 285.879

Gerente Jurídico.